

A “portugalidade” no discurso parlamentar português: Assembleia Nacional (1935-1974) e Assembleia da República (1976-2012)

“Portugalidade” in the Portuguese parliamentary speech: Assembleia Nacional (1935-1974) and Assembleia da República (1976-2012)

VÍTOR DE SOUSA¹ & MOISÉS DE LEMOS MARTINS²

Resumo

Com este artigo pretendemos observar o discurso parlamentar português fixando o olhar na utilização da palavra “portugalidade”, tentando contribuir para o esclarecimento sobre a sua introdução/existência no vocabulário português. Para tanto, socorremo-nos dos discursos do Estado Novo (Assembleia Nacional, 1935-1974), comparando-os com o período referente ao pós-25 de Abril de 1974 (Assembleia da República, 1976-2012). Através da hermenêutica interpretativa analisamos os discursos constantes dos diários das sessões disponibilizados pela base de dados do parlamento, no sentido de saber as circunstâncias e o contexto da utilização do termo. A opção pela análise do discurso parlamentar decorre do facto de termos concluído que o Estado Novo esteve na origem da tentativa de disseminação do termo “portugalidade” (décadas de 50 e 60 do séc. XX). Assim, o ano de 1951 coincidiu com a revogação do “Ato Colonial”, sendo que, dois anos mais tarde, as “colónias” eram substituídas por “províncias ultramarinas”. A partir de 1953 Portugal assumia-se como um país uno e indivisível (“Portugal do Minho a Timor”), e em que estava sublinhado o discurso sobre a “portugalidade”.

Palavras-chave: “portugalidade”, discursos, deputados, Assembleia Nacional, Assembleia da República

Abstract

With this article we intend to observe the Portuguese parliamentary speech especially on the use of the word “portugalidade” and trying to contribute to the clarification of its introduction / existence in Portuguese vocabulary. Therefore, we have resourced to the speeches made during the Estado Novo (“Assembleia Nacional”, 1935-1974), comparing them with the period through post-April 25th, 1974 (“Assembleia da República”, 1976-2012). Through the interpretive hermeneutic we analyzed the speeches given in daily sessions provided by the database of parliament, in order to know the circumstances and context of the use of the term. The choice of parliamentary discourse analysis stems from the fact that we have concluded that the “Estado Novo” was behind the attempt to spread the term “portugalidade” (50 and 60 decades of Twentieth century. The year of 1951 coincided with the repeal of the “Colonial Act”, which caused that two years later the expression “colonies” were replaced by “overseas provinces”. The discourse on “portugalidade” made since 1953 underlined the idea of “Portugal from Minho to Timor”(a one and indivisible territory).

Keywords: “portugalidade”, Portuguese parliamentary speech, “Assembleia Nacional”, “Assembleia da República”

¹ Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / vitorde Sousa@gmail.com

² Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / moisesm@ics.uminho.pt

1. INTRODUÇÃO

Este artigo inscreve-se na nossa investigação de doutoramento, em curso, intitulada “Da “portugalidade” à lusofonia”, com orientação de Moisés de Lemos Martins, onde nos propomos congregar pistas para responder à pergunta “De que falamos, quando falamos de lusofonia?”. Nesse sentido, pretendemos verificar se o conceito de lusofonia consiste na extensão de uma alegada “portugalidade” ou de um espaço ligado, apenas (ou eventualmente), através de uma língua comum. Em contexto pós-colonial, pretendemos averiguar qual o debate sobre o ‘outro’ que é possível fazer-se. Partindo da expressão ‘outrar-se’ (Fernando Pessoa), enquanto fenómeno de fazer-se outro, de adotar várias personalidades, dando-lhes vida e independência, pretendemos observar “não o discurso de e sobre o ‘outro’ para nos procurarmos a ‘nós’ próprios, mas os graus e as modalidades de interpenetração identitária entre nós e o outro” (Sousa & Martins, 2012: 160).

Propomo-nos apresentar alguns dados relativos à nossa investigação no que respeita à desconstrução do conceito de “portugalidade” e à observação da sua utilização no discurso parlamentar português. Trata-se de uma amostra de resultados decorrentes da análise dos discursos dos deputados da Assembleia Nacional (1935-1974), através da hermenêutica interpretativa, durante o período pós-revolução 25 de abril (‘Assembleia Constituinte’, 1976) e até à atualidade (Assembleia da República, 1974-2012)¹.

Para tanto, observamos a forma como o Estado Novo utilizou a “portugalidade” para a construção da identidade nacional, evidenciando o *modus operandi* do regime, através da propaganda e, para além disso, tentando detetar eventuais resquícios dessa dinâmica na atualidade.

2. O DISCURSO POLÍTICO

É importante perceber a lógica dos debates parlamentares, uma vez que num sistema político representativo, como é o português, os deputados desempenham funções em nome da sociedade. Como refere Abdoolkarim Vakil (2006:85), “por muito que às vezes o esqueçamos, os debates parlamentares acompanham, também, refletem e enformam os discursos académicos e os debates no espaço público”. Gomes Canotilho (2002: 313) assinala que o pluralismo faz parte da identidade constitucional portuguesa, associando esse facto à existência de um sistema multipartidário, assente no sufrágio de representação proporcional. É por isso que o discurso parlamentar se pode tornar, por vezes, “particularmente vivo e até contrastante com o discurso governamental” (Ramos, 2005: 73). O que se constata é que é o contrário que acontece quando vigoram regimes totalitários, por via de o parlamento se travestir em caixa de ressonância do poder, desvirtuando as suas funções matriciais, uma vez que o quadro mental dominante é balizado por um único paradigma

¹ Toda a informação foi consultada em <http://debates.parlamento.pt/>.

definido e controlado por quem lidera o país. Daí que, para se perceber a lógica dos discursos parlamentares em Portugal se imponha analisar os discursos políticos em dois momentos distintos: durante o Estado Novo (Assembleia Nacional, entre 1935-1974) e em tempo de democracia (Assembleia da República, de 1976 até à atualidade).

Por definição, o discurso político consiste num texto argumentativo, assente na persuasão, que é emitido por alguém em nome pessoal, ou assumindo-se como um porta-voz, através de informações compartilhadas. Por isso se apresenta como se de uma fala coletiva se tratasse, com o intuito de procurar uma sobreposição na maior parte das vezes em nome dos interesses de uma comunidade (seja ela qual for), perspetivando-se como uma eventual norma para o futuro. Daí o seu recorte maleável, que se adapta às circunstâncias, já que integra uma dinâmica social que o altera com frequência, formatando-o a novas circunstâncias. Hannah Arendt (1998), no livro "The Human Condition", afirma que o discurso político tem por finalidade a persuasão do outro, quer para que a sua opinião se imponha, quer para que os outros o admirem. Uma perspetiva que nos leva à argumentação, que envolve o raciocínio, a eloquência da oratória, e que procura seduzir recorrendo a afetos e sentimentos. Uma das formas de a abordar, segundo Rui Alexandre Grácio (2010: 13), consiste em "inserir-na na problemática da influência através do discurso, ou seja, explicá-la através dos seus *efeitos persuasivos*". O palco mais visível para este tipo de questões coincide com o "espaço da deliberação e da ação, que se caracteriza pela tentativa de se chegar a decisões e de se estabelecerem e afirmarem 'caminhos de ação'" (*idem*: 21). Uma descrição que parece assentar que nem uma luva ao próprio discurso político cuja antiguidade se reporta, provavelmente, à vida do ser humano em sociedade. Para tanto, basta recuar até à Grécia Antiga e à definição de político, assumido como cidadão da "pólis" (da cidade), que tomava as decisões públicas na "ágora" (a praça onde se reuniam os cidadãos em assembleia), utilizando a persuasão como técnica nos discursos que eram proferidos. Todo esse contexto pode ter dado origem ao aparecimento do discurso político, assente na retórica e que tinha por missão convencer. Bastará ter presente o livro "Górgias", de Platão, em que a questão da retórica é o tema central do diálogo. A este propósito, Manuel de Oliveira Pulquério (1997: 9) assinala que no tempo de Platão, retórica "era muito mais do que o uso imoderado da palavra para fins de aliciamento, extravagância ou autoafirmação", considerando-a uma atividade que se podia classificar como "política" em sentido lato, uma vez que abrangia "a preparação técnica, cultural e humana daqueles cidadãos que quisessem dedicar-se à coisa pública", em que todos eles "podiam ter uma intervenção maior ou menor nos negócios do Governo pela sua participação nas assembleias representativas". Michel Foucault (1999 [1970]: 15) assinala que Hesíodo e Platão dão uma nova dimensão ao discurso, suscitando a discussão sobre a verdade ou a falsidade, lembrando que os sofistas (especialistas na arte da persuasão) são postos em causa, já que o discurso verdadeiro deixa de ser "o discurso precioso e desejável, visto que não é mais o discurso ligado ao exercício do poder". O

mesmo Foucault (*idem*: 10) refere que o discurso não é apenas a tradução das lutas ou sistemas dominantes, “mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” definidor do que é viver em sociedade e que, segundo o próprio, assenta no modo como alguns agem sobre a ação dos outros, o que quer dizer que se relaciona com as relações entre indivíduos. Uma lógica que decorre daquilo que o autor pensa sobre o exercício do poder que descreve como um conjunto de ações sobre ações.

Para Michel Maffescoli (2005: 23), o político pertence à categoria das coisas que perduram em todas as épocas sendo, ao mesmo tempo, “sempre diferentes”: “O político é uma instância que, na sua aceção mais forte, determina a vida social, ou seja, limita-a, constrange-a e permite-lhe existir”. Patrick Charaudeau (2007) observa que o político – que refere como aquele que protagoniza o discurso político –, apresenta uma identidade discursiva com duas vertentes: uma destinada a sublinhar a pertinência das suas ideias e outra que se prende com a maior abrangência possível das suas palavras. Trata-se, assim, de uma dicotomia que permite estabelecer uma separação entre o posicionamento ideológico e a prática política, que nem sempre coincidem, embora as eventuais diferenças também se esbatam, muitas vezes intencionalmente por quem profere o discurso.

Numa visão crítica da ideologia, que assenta numa lógica simbólica, com o foco posto nas relações de poder, interessa saber se a perspetiva decorre ou não do facto de um fenómeno, para que seja ideológico, tenha que ser ilusório e, por consequência, o resultado constitua muitas das vezes uma realidade construída fora do que é observável. Ora, tendo o discurso essa dimensão ideológica, a consequência resultante é que isso tanto pode transformar como reproduzir as relações de poder. Marx & Engels (2006 [1932]: 97) referem que essa dominação ocorre através das relações de produção estabelecidas e as consequentes classes que se criam numa sociedade. Dessa forma, a ideologia corresponde à ideia de uma realidade decorrente de uma “falsa consciência”, que tem como objetivo o reforço dessa dominação. Já Gramsci (1978: 22) vê a ideologia como a própria concepção do mundo, que se manifesta na ação e a organiza, não a circunscrevendo à “falsa consciência”, ou a um qualquer sistema de ideias. De resto, referindo-se às ideias, salienta tratarem-se de expressões sempre renovadas do desenvolvimento histórico real. Tem uma perspetiva considerada mais neutra do conceito de ideologia, afirmando que ela configura uma concepção do mundo que define o real. Tendo o discurso político origem a partir da ideologia, deve ser entendido como “conjunto de ideias [e] representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e das relações que ele mantém com os outros homens” (Fiorin, 1998:28). Ou seja: o discurso denota a realidade, já que as ideias estão inscritas na linguagem, pelo que cada formação ideológica tem correspondência numa formação discursiva, em que se evidencia uma visão do mundo que implica uma atitude conducente a uma ação. Para além disso, como sublinha Teun A. van Dijk (2005: 232), no discurso, “os utilizadores da linguagem de grupos diferentes precisam de partilhar pelo menos algum

conhecimento de forma a serem capazes de se compreenderem mutuamente". No entanto, se esse conhecimento for tido como crença ideológica, "isso não quer dizer que deixe de ser conhecimento dentro da cultura em si mesma" (*idem, ibidem*). Ou, como assinala Roland Barthes (1989 [1953]: 28), cada regime possui a sua escrita que, "sendo a forma espetacularmente comprometida da fala, contém simultaneamente, graças a uma ambiguidade preciosa, o ser e o parecer do poder, o que ele é e o que queria que o julgassem".

Pierre Bourdieu (1989: 165) chama à atenção para o facto de o campo político exercer um efeito de censura, plasmado na limitação do universo do discurso político "ao espaço finito dos discursos susceptíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites da *problemática* política como espaço das tomadas de posição efectivamente realizadas no campo". Dessa forma, é a estrutura do campo político que subjetivamente e ligada fortemente a quem manda, que "determina as tomadas de posição, por intermédio dos constrangimentos e dos interesses associados a uma posição determinada nesse campo" (*idem*: 178). É nessa perspectiva que Moisés de Lemos Martins (1990: 127) refere que a verdade no discurso está mascarada, não obstante ele se afigurar aparentemente neutro, já que "nada nos é dado a saber dessa prodigiosa máquina que condena e exclui, dessas malhas de que o desejo e o poder simultaneamente se alimentam e consomem". Sublinha não ser, por isso, de estranhar que "o discurso seja um dos lugares onde a política exerce, de forma privilegiada, algumas das suas mais temíveis violências".

Recorde-se, a este propósito, Michel Foucault (2010: 12), que sustenta que a verdade "não existe fora do poder", o que não quer dizer que seja um mito, já que a verdade "é deste mundo" e é nele produzida "graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder". A verdade está, dessa forma, "circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e os efeitos de poder que ela introduz e que a reproduzem" (Foucault (2010: 14).

No discurso político há, também, que destacar a importância das metáforas que, segundo Fairclough (2001 [1992], 241), estão longe de estar exclusivamente ligadas ao campo da literatura, não sendo por isso "apenas adornos estilísticos superficiais do discurso", estruturando o modo como se pensa e como se age, de uma forma "penetrante e fundamental". Usar determinada metáfora implica, assim, uma forma concreta de construir a realidade. O linguísta George Lakoff (2002: 5) refere mesmo que quer a política quer a moral se dizem através de metáforas, numa constatação que apelida de "razoamento metafórico do senso comum", que determina que o discurso político, na maior parte das vezes, seja determinado por metáforas e não por factos.

Na análise dos discursos parlamentares, a nossa proposta vai no sentido de os observar não apenas na sua vertente construída, mas levar também em conta os seus entornos, restabelecendo as suas condições de produção. Dessa forma, como refere Norman Fairclough (2001 [1992], 245), a análise não pode consistir simplesmente em descrição de textos levada a efeito isoladamente da sua interpretação, sendo que "aspectos e interpretação [estão] encaixados numa prática social mais

ampla". O que quer dizer que "a descrição não é tão separada da interpretação, como se supõe frequentemente", não havendo fase da análise "que seja pura descrição", mesmo tratando-se de uma transcrição de um texto falado que, também ela, implica interpretação (*idem*: 246).

Fernanda Paula de Sousa Maia observa que Michel Foucault, em "A Ordem do Discurso", inventaria os mecanismos de repressão externos e internos, através dos quais a sociedade e o poder controlam a palavra e a produção discursiva e sustentam a existência de um discurso, "aparentando a simplicidade e a evidência do bom senso, traduz a ordem gnoseológica desejada e considerada apropriada, evitando a polémica e assegurando os mecanismos de reprodução" (Sousa, 2002: 50). Uma proposta metodológica desenvolvida nos anos 1970 por Pierre Bourdieu que, como refere, acrescentou as noções de campo, de *habitus*, de poder simbólico ou de distinção (Sousa, 2002: 51), questionando "o problema da relação do sujeito com a escrita, avaliando as suas condições de possibilidade" (*idem, ibidem*). Uma proposta que se afigura particularmente interessante no nosso estudo para observar a utilização da palavra (ideia) de "portugalidade" nos discursos dos deputados, saindo da observação estrita do conteúdo e extrapolando para outras vertentes como as condições de produção discursiva, as condições de controlo da palavra que determinaram os alinhamentos ideológicos e os eventuais silêncios, que desenharam a retórica utilizada.

3. A CUNHAGEM DA PALAVRA "PORTUGALIDADE"

O "Novo Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea", editado em 2001 pela Academia das Ciências de Lisboa (Casteleiro, 2001), não dispõe de qualquer entrada com a designação de "portugalidade". O sinónimo para a palavra pode, no entanto, ser encontrado em edições mais comuns, como é o caso no dicionário da "Porto Editora", onde se pode ler: "qualidade do que é português", e, numa dimensão mais ampla, "sentido verdadeiramente nacional da cultura portuguesa" (Costa & Melo, 1995: 1432). Já no portal "Ciberdúvidas da Língua Portuguesa" (uma parceria da Sociedade da Língua Portuguesa e do governo português), é referido que a palavra é usada pelo Estado Novo e que por isso hoje está conotada com essa ideologia², avançando mesmo com a possibilidade de o termo ter surgido no decénio de 50 ou 60 do século XX³.

A 'pista' adiantada por esta fonte fez com que optássemos pela análise do discurso político durante o Estado Novo (1932-1974), nomeadamente na Assembleia Nacional (AN), 1935-1974 (em que existia um único partido, que se configurava como caixa de ressonância do regime), bem como da legislação produzida pelo Governo durante esse período. Fruto dessa pesquisa, verificamos que a "portugalidade" surge pela primeira vez no discurso dos deputados da AN em 27 de abril de 1951, articulada com a prática do regime, que nesse mesmo ano (entre março e junho), revogou o "Ato

² Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, 14/02/2005, [http://tinyurl.com/b2ts6w3, abril de 2013].

³ Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, 07/04/2000 [http://tinyurl.com/apcc686, abril de 2013].

Colonial”, tendo a expressão “colónias” sido substituída por “províncias ultramarinas: o “Império Colonial” passa a designar-se por “Império Ultramarino”, o Ministério das Colónias, deixa de existir e surge no seu lugar o Ministério do Ultramar. É aqui que a ideia de Portugal, como um todo uno e indivisível, “do Minho a Timor”, começa a fazer o seu caminho.

Barata, Pereira & Carvalheiro (2011: 7), sublinham que a “portugalidade” resulta do encontro “entre distintas linguagens, objetos e perspetivas sobre a identidade portuguesa”, porque a identidade “não tem apenas a ver com o que somos e de onde vimos, mas também com o que queremos fazer com aquilo que dispomos”. Silvina Rodrigues Lopes (2011: 11) prefere traduzir a palavra como um “conjunto de características assinaláveis de um povo ou de uma cultura”.

J. Pinharanda Gomes (2004: S/P), um dos cultores da “Filosofia Portuguesa”, atribui a origem da “portugalidade” a António Sardinha, numa altura em que a hispanidade era hegemónica e que “designava (...) a ação portuguesa na história do mundo”, defendendo, portanto, a sua origem como sendo anterior ao Estado Novo. De facto, Sardinha é tido como a grande referência do “Integralismo Lusitano” que terá estado na origem do Estado Novo. Porém, nunca se referiu, especificamente, à existência de qualquer “portugalidade”. Utilizando a “Teoria do Acaso”, de Oliveira Martins (para quem Portugal tinha sido inventado pela cobiça de meia dúzia de aventureiros coroados) e o “Lusismo”, de Teófilo Braga (composto pela raça, no sentido biológico-étnico, e a tradição), aproveitou para negar ambas as perspetivas, salientando que a nação portuguesa não nascera “por acaso” e não fora obra do “lusó”; do seu ponto de vista – e é esse o cerne da sua tese – a nação portuguesa nascera de uma aliança entre os municípios (repúblicas locais) e o rei.

O termo “portugalidade” é, no entanto, profusamente atribuído ao discurso dos integralistas, não sendo apesar disso, exclusivo destes, como observa Maria Odete Gonçalves (2009: 93), muito embora esse facto provoque “uma série de tensões, quando não mesmo oposições, com o Saudosismo de Pascoaes, com a Renascença Portuguesa e com a primeira fase da Seara Nova”.

J. Pinharanda Gomes (2004: S/P) define “portugalidade” como “o nome de categoria universal que identifica o próprio Portugal”, referindo a existência de vários significados, consoante o palco contextual. Dentro do mesmo espírito está Abel de Lacerda Botelho (2008: S/P) que, numa comunicação apresentada à Sociedade de Geografia de Lisboa, intitulada “A Portugalidade e os Lusíadas” se refere a uma “Paideia Lusa”, ou seja, ao “modo de ser, e de exercitar a vida quotidianamente, à maneira portuguesa”. Uma ideia já antes defendida por António Quadros (1992) em que faz a análise do que diz ser o “espírito lusitano”, destacando que Portugal tem uma alma e um destino a cumprir na História, assente numa estrutura cultural de nação onde está a essência do homem português. O ‘perigo’ de o conceito de “portugalidade” poder ser conotado com o Estado Novo é feito pelo próprio António Quadros que, no entanto, se refere ao receio de ser mal interpretado pela possibilidade de ser associado a um “pecado nacionalista” (Sousa, 1993: 75).

3.1. "PORTUGALIDADE", PORTUGUESISMO(S) E OUTROS

João Medina (2006) apresenta uma espécie de dicionário crítico comentado e ilustrado do panorama histórico-cultural português, sublinhando temas e facetas do que diz ser o "portuguesismo" e onde é mapeado grande parte do campo icónico português, como a figura do Zé Povinho, do Santo António, do bacalhau, do galo de Barcelos, de D. Sebastião. Diz tratar-se de uma forma alusiva de portuguesismo(s), em que se referencia(m) de uma forma avulsa emblemas da vida portuguesa, pejados de "portugalidade". Já Maria Fernanda Peixoto (2009: 595) reputa todas essas características como "portugalidade": "O fado – a lamúria, o fatalismo, os 'azares' lusitanos –, o vinho e o futebol servem para apagar tristezas que 'já não pagavam dívidas'".

Alexander Ellis (2009: S/P), ex-embaixador britânico em Portugal, na sequência de declarações do presidente da República, Cavaco Silva, em que se referiu à "portugalidade", a propósito das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em Santarém (2009), decidiu escrever que "portugalidade" era "uma forma de identidade, da qual a língua portuguesa constitui um pilar essencial", sendo que a outra face da moeda seria o "Portuguesismo". Recorrendo a um exemplo futebolístico, a "portugalidade", representaria o sucesso da seleção nacional durante o "Euro 2004", ao passo que o 'portuguesismo' significaria a desilusão decorrente do insucesso da participação no "Mundial 2002".

José Eduardo Franco (S/D: 69) refere-se à "utopia da perenidade do reino", que se alicerça "no mito de um Portugal visto como um reino eleito para uma missão especial, de carácter sagrado, no panorama planetário", acrescentando que "é a partir da poesia e da historiografia que são cantadas e 'memorizadas' as gestas desta etapa da história de Portugal [Descobrimientos], vista como uma fulgurante idade de ouro, na qual se reforçam as bases míticas da portugalidade". A obra recente de Paula Rego, denota um humor grotesco, nomeadamente no que se refere às referências ao Estado Novo em que a pintora "evoca a Portugalidade com maior consistência: evoca-a enquanto passado e enquanto traço mnemónico" (Ronsengarten, 2009: 12).

3.2. "PORTUGALIDADE" E IDENTIDADE

Eduardo Lourenço sublinha que "Portugal tem uma hiperidentidade porque tem um défice de identidade real", que compensa "no plano imaginário" (Silva & Jorge, 1993: 38). Será, talvez, por isso que Boaventura de Sousa Santos (1990) sustente que o excesso mítico de interpretação constitui um mecanismo para compensar o défice de realidade. O que pode justificar que José Gil (2009: 10) se refira à "subjetividade produzida pela doença da identidade", salientando que a identidade portuguesa vive entre a realidade e a ficção.

Boaventura de Sousa Santos (1994: 127) adverte para o facto de que "a recontextualização e reparticularização das identidades e das práticas está a conduzir a uma reformulação das inter-relações entre os diferentes vínculos (...) nomeadamente entre o vínculo nacional classista, racial, étnico e sexual". O que deita por

terra as ideias de que a 'raça' pesa quando se aborda a problemática da identidade nacional, já que ninguém pode apelar a qualquer ideia de 'pureza' ou de características alegadamente únicas, como sustenta Luísa Pereira (2009), num estudo que efetuou acerca dos genes portugueses, e em que conclui serem muito diversificados, contendo linhagens genéticas europeias, com uma grande influência africana.

Manuel Villaverde Cabral (2003: 529) constata que um conteúdo 'pobre' e do foro do imaginário como é o da identidade, pode produzir efeitos práticos relevantes. Rita Ribeiro (2012: 35), refere que a dimensão temporal (existente ou inventada), faz com que as nações se vistam de "transcendência e primordialidade", facto que as mitifica "e mistifica os processos reais de construção identitária que devem de facto mais ao presente do que ao passado". É esse nevoeiro que produz as imagens idílicas e "impede de ver as contingências históricas, a geração contemporânea de tradições ou a mescla de contributos étnicos e culturais que, na verdade, moldaram o percurso da nação". Ou seja: "A interiorização e a reelaboração do discurso mítico-ideológico pelo cidadão comum potenciam o uso utilitarista, calculista, descartável daquilo a que as pertenças coletivas oferecem" (*idem*: 247).

Desfazendo eventuais equívocos, José Mattoso (2008: 97) sublinha que se o critério de análise for o da objetividade, excluem-se, desde logo, as teorias míticas e messiânicas: "tão insistentes, tão carregadas de emotividade, acerca do destino universal do povo português, do seu insondável 'mistério' e da sua irreduzível originalidade".

3.3. ESTADO NOVO E "PORTUGALIDADE" (1932-1974)

Luís Reis Torgal (2009) refere que o 'Integralismo Lusitano', a par do movimento católico, se assumiu como um dos percursos aspirantes a um "Estado Novo". Moisés de Lemos Martins (2009: S/P) observa que a divisão que Salazar fez do mundo português deve ser perspectivada à luz do combate "por um conceito católico de identidade nacional, como luta por uma específica ordenação simbólica do país" e que, segundo José Gil (2005: 135), se assumiu como "um buraco negro que engoliu a existência no espaço público".

Em 1933, é criado o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), liderado por António Ferro, e cujo objetivo visou fornecer "uma imagem politicamente eficaz do regime dentro e fora das fronteiras do país" (Alves, 1997). A propaganda salazarista constitui, para José Gil (2005: 135) um "trauma subtil" que nem sequer foi sentido como tal. No entanto, esse 'mal' "que acabrunhava a generalidade dos portugueses" disseminou-se: "Para estes, não vinha do regime político, vinha da 'índole', do 'carácter', da 'essência' da portugalidade (como o fado, num certo discurso 'nacionalista' de opinião". Para o filósofo, a ordem discursiva salazarista assentava na identidade nacional ("a alma da pátria"), que se encontrava na "ideia de salvação, isto é, de destino e de grandeza nacional" (Gil, 1995: 22), sendo que a verdade era "natural" (*idem*: 14). A verdade era aquela que convinha à nação, com um "recorte de um puro passado (...) feito de tradição autoritária e espiritual", um passado feito também

de temperamento rural, “pela efabulação dos traços de caráter do povo português” e “como herdeiros de um destino colonial e de uma missão civilizadora” (Martins, 1990: 105-124). Maribel Paradinha (2006: 136) assinala que o despontar do nacionalismo defendido por Benedict Anderson, se adequa ao caso português, mormente “à ideologia romântica que encontrou uma certa continuidade na ideologia estado-novista do ‘projeto nacional’ ou ‘patriótico’”.

4. A “PORTUGALIDADE” NO DISCURSO PARLAMENTAR PORTUGUÊS (1935-2012)

4.1. ASSEMBLEIA NACIONAL (1935-1974)

Da busca efetuada à base de dados da AN utilizando a palavra-chave “portugalidade” (de 1935 a 24 de Abril e 1974), a expressão foi encontrada por 61 vezes, em 58 páginas, referentes a 54 diários. É sobre a problemática das colónias ultramarinas e ex-colónias (Brasil e Índia), que os deputados utilizam mais a palavra. Seguem-se os assuntos ligados à Educação e Juventude, nação, ruralidade, restauração nacional e língua portuguesa. É, também, usada quando são evocadas ou homenageadas personalidades.

É em 27 de Abril de 1951 que, pela primeira vez, a palavra surge nos discursos dos deputados da AN, na sequência da apresentação de propostas conducentes à revisão da Constituição. Na altura, Albino Soares Pinto dos Reis Júnior, presidente do parlamento, anunciava a existência de projetos de lei, apresentados por alguns deputados, como eram os casos de Carlos Moreira, Mário de Albuquerque, Cortês Pinto, João Ameal e Délio Nobre Santos que intitulavam de “Da educação, ensino e cultura nacional”. Na defesa do projeto, Carlos Moreira salientava que a língua bem merecia a revisão do articulado, dizendo tratar-se de uma “joia do nosso património espiritual e intelectual, veículo de portugalidade através do Mundo”⁴. A palavra “portugalidade” pode ser encontrada nos discursos dos deputados até ao último diário da AN publicado, datado de 24 de Abril de 1974 (referente à sessão do dia anterior), dia em que eclodiu a revolução e foi destituído o regime.

“Mestre de portugalidade” foi um epíteto associado a Alfredo Pimenta e a Salazar. O deputado Afonso Pinto sublinhava que em Portugal não estavam a ser tristes os sinais dos tempos e destacava a esperança que se podia ter no futuro, chamando à atenção para o espírito de António Sardinha que foi ‘mestre de portugalidade’. Rematava com loas a Salazar, numa referência assente na coesão nacional, “para prosseguimento da política de resgate e de restauração nacional que se vem processando, entre nós, desde 28 de Maio de 1926”⁵. Anos mais tarde, nas vésperas do encerramento da X Legislatura, o deputado Moura Ramos, a propósito do aniversário da entrada de Salazar para o Governo, aproveitava para recordar o ex-presidente do Conselho, de quem sublinhava tratar-se de uma “personalidade ímpar, excepcional, de quem foi um dos grandes na história do mundo, como governante sincero,

⁴ V Legislatura, sessão 2, nº 104, de 27-04-1951, diário de 28-04-1951, p. 962.

⁵ VII Legislatura, sessão 2, nº 104, de 07-05-1959, diário de 08-05-1959, p. 679.

honesto e de devoção extrema à sua pátria e ao seu povo". Dizia mesmo estar orgulhoso em pertencer ao número daqueles que não deixavam de evocar, "com comovida saudade, gratidão imensa e respeito devidos à memória do grande estadista, do grande português", que considerava um 'mestre de portugalidade', e que tinha servido "com tanto acerto os superiores interesses nacionais"⁶.

A propósito da importância da Educação na política nacional, o deputado José Alberto Carvalho referia que esta deveria constituir um "valor primeiro a considerar na formação de uma mentalidade nacional", que será "aquilo que for a juventude que amanhã dirigirá a Nação", e que se assumirá "mais viril e mais portadora de portugalidade na medida em que o for a preparação que receber durante o seu processo educativo"⁷. O deputado Mário Bento lembrava, a propósito, que o país todo tinha na classe dos professores primários "um dos mais fortes baluartes de civismo e portugalidade"⁸. Já num debate sobre a defesa da língua portuguesa, Henriques Mouta caracterizava a língua como "órgão de expressão e expansão de portugalidade", para além de "instrumento eficaz da formação humana dos Portugueses", que não suportava "desafinações sem negar as raízes"⁹. No mesmo debate, António Cruz tecia rasgados elogios a Salazar, e chamava à atenção para "o ideário da Revolução Nacional [que] tem de ser extraído, no conteúdo da doutrina e na expressão da forma, de todos aqueles ensaios que são os [seus] discursos". Nesse sentido, defendia que a "boa lei da portugalidade" estava carecida de ser divulgada a todo o tempo, sobretudo na escola e propunha "a preparação imediata de uma seleta de textos do Presidente Salazar"¹⁰.

Peres Claro referia-se ao problema da continuidade do movimento 'Mocidade Portuguesa' no contexto político nacional, sublinhando o seu papel no ultramar, nomeadamente no que respeita à "integração étnica", prolongando para além da escola uma convivência feita pelos mesmos princípios formativos da "portugalidade". O que significava que tinha "poderosamente contribuído" para o fortalecimento da unidade do todo nacional¹¹. O deputado Trigo Pereira lembrava que, dentro da 'Mocidade Portuguesa', tinham sido educados e instruídos "nos verdadeiros valores da Pátria", pelo que era "com certa pena" que via dissociar, então, de uma parte, a formação física e os desportos, "como se a juventude fosse única e exclusivamente educada, numa preparação física, numa ocupação de desporto", sem que se ligasse "especial cuidado à sua formação intelectual" e, como se referia anteriormente, "de portugalidade", o que permitiria "que a massa global de juventude deste País seja posta à disposição (...) de uma influência doutrinária" que nem sempre correspondia aos interesses da Pátria¹².

⁶ X Legislatura, sessão 4, nº 226, de 27-04-1973, diário de 28-04-1973, p. 5266.

⁷ VIII Legislatura, sessão 2, nº 77, de 30-01-1963, diário de 31-01-1963, p. 1947.

⁸ IX Legislatura, sessão 1, nº 18, de 02-02-1966, diário de 03-02-1966, p. 280.

⁹ IX Legislatura, sessão 4, nº 170, de 30-01-1969, diário de 31-01-1969, p. 3061.

¹⁰ IX Legislatura, sessão 4, nº 173, de 30-01-1969, diário de 31-01-1969, p. 3061.

¹¹ X Legislatura, sessão 4, nº 225, de 14-02-1973, diário de 15-02-1973, p. 4583.

¹² X Legislatura, sessão 4, nº 225, de 14-02-1973, diário de 15-02-1973, p. 4584.

4.2. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (1976-2012)

Da busca efetuada às bases de dados do parlamento utilizando a palavra-chave “portugalidade”, entre 1976 e 2012, período que corresponde a 12 legislaturas (uma delas ainda em curso), a expressão foi encontrada em 73 páginas, referentes a 66 diários. São os deputados do PSD os que mais utilizaram a expressão, seguindo-se os do PS e do CDS/PP. O termo é utilizado de forma residual pelos deputados do PCP, PPM, BE, PSN e MDP/CDE.

A expressão está associada, na maior parte dos casos, quando o assunto versa a emigração (representada como o elo mais recente da corrente de “portugalidade”), a língua e cultura portuguesas, a diáspora e a lusofonia; evocando heróis locais que lutaram, por exemplo, contra os invasores franceses; para abordar a unidade do território, sublinhando as regiões autónomas como parte integrante da “portugalidade”; como requisito primeiro para se ser português, enquanto elemento basilar de ligação à Pátria. Ou quando são aprovados votos de pesar, como aconteceu aquando das mortes de António Quadros, Agostinho da Silva, Miguel Torga, Carlos Oliveira e José Saramago. O mesmo se verificou no que respeita à aprovação de votos de congratulação, como foi o caso da conquista de um título europeu de Atletismo por parte de Naide Gomes.

O deputado Manuel Alegre (PS), a propósito de uma proposta para que fossem transferidos para os Jerónimos os restos mortais de Fernando Pessoa, no fecho da XVII Exposição Europeia de Arte Ciência e Cultura (1983), apela a que se não tenha medo da utilização da palavra “portugalidade”, “naquilo que ela tem de mais perene: a nossa língua, a nossa poesia, a nossa cultura”¹³.

Não obstante a ligação da palavra “portugalidade” ao Estado Novo, o facto é que deputados do PS, PCP e MDP/CDE a utilizaram para sustentarem propostas suas, mesmo tendo presente a crítica que muitas vezes os próprios fizeram devido à utilização da palavra por parte de outros parlamentares. Foi o caso de José Manuel Mendes (PCP), que criticava a maioria da Aliança Democrática (AD), que acusava de fazer sintonizar uma lei com outras que visavam a fabricação, “‘rapidamente e em força’ em doses maciças, de novos eleitores”, com ou sem qualquer vínculo efetivo à Pátria, na posse ou não do que apelidava de “elementos basilares em função dos quais é de consagrar a portugalidade”¹⁴; de Helena Cidade Moura (MDP/CDE), que se referia à evocação do “‘portuguesismo’ dos canais de comunicação social americanos falados em português para evocar a “portugalidade””¹⁵; ou de Luísa Salgueiro (PS) que, a propósito dos princípios inscritos no Livro Branco para a Juventude, referia que estavam previstos como vetores de intervenção estratégicos “a emancipação jovem, os estilos de vida saudáveis, a criação e investigação, a participação e voluntariado, a “portugalidade” e identidade e ainda a política europeia de juventude”¹⁶.

¹³ III Legislatura, sessão 1, nº 9, de 24 de junho de 1983, diário de 25-06-1983, p. 253.

¹⁴ II Legislatura, sessão 1, nº 90, de 30-06-1981, diário de 01-07-1981, p. 3723.

¹⁵ III Legislatura, sessão 2, nº 94, de 20-06-1985, diário de 21-06-1985, p. 3481.

¹⁶ X Legislatura, sessão 1, nº 44, de 14-09-2005, diário de 15-09-2005, p. 2021.

Mas houve quem lembrasse os tempos da ditadura, como foi o caso do deputado João Amaral (PCP) que observava que “Salazar entendia que a ONU estava errada e que ele, colonialista e ditador, é que era o iluminado da verdade; entendia que tinha de converter os angolanos à portugalidade e aos valores cristãos e ocidentais”. Nesse sentido, fazia votos para que se enterrassem, de vez, “os tiques colonialistas e todos os seus resquícios, que ainda povoam muitas mentes”¹⁷.

Em relação ao Acordo Ortográfico que o Governo tinha submetido à AR para aprovação, o assunto era debatido no hemiciclo e Rui Gomes da Silva (PSD) sublinhava que o seu grupo parlamentar iria votar favoravelmente, “pela portugalidade, pela língua portuguesa, por Portugal!”¹⁸. A este propósito, Sottomayor Cardia (PS) mostrava a sua discordância, sublinhando que todos estavam a ver que “desembaraçada das consoantes não articuladas, toda essa juventude de todo esse vasto mundo vai lusografar e, portanto, lusofonar, para honra e glória da portugalidade e final realização do V Império. As malhas que o messianismo tece!”. Sustentava que, dessa forma, se estaria a contribuir “para tornar a grafia do português irreconhecível no espaço das línguas românicas ou parcialmente romanizadas”¹⁹.

Horácio Marçal (CDS/PP) observava que a “Portugalidade”, no dealbar do séc. XXI está a ser ameaçada”²⁰, ao passo que Raul Rego (PS) avisava haver muita gente em Portugal que começava a olhar para um passado recente e que se estava “numa das mais estreitas curvas da nossa história, ao reintegrarmo-nos na verdadeira portugalidade”²¹.

Uma das últimas vezes em que a expressão foi utilizada foi em Janeiro de 2012, a propósito da mudança da sede fiscal de uma empresa de grande distribuição portuguesa, o que, segundo os deputados Pedro Filipe Soares, do BE e Honório Novo, do PCP²², contrariava a sua própria campanha publicitária, assente nos valores nacionais e apelando à compra de produtos portugueses.

5. NOTAS CONCLUSIVAS

Da investigação à legislação produzida pelo Estado Novo e aos discursos dos deputados da AN obtivemos alguma luz relativamente à introdução da palavra “portugalidade” no discurso político. O “Ato Colonial”, por exemplo, é revogado em 1951, sendo as “colónias” substituídas por “províncias ultramarinas”. No contexto das alterações constitucionais, a Carta Orgânica do Império Colonial Português foi substituída pela Lei Orgânica do Ultramar Português (1953), assumindo-se Portugal como um país uno e indivisível autodesignado de “Portugal do Minho a Timor”. É nessa altura (16 anos após o início da NA) que os deputados começam a introduzir

¹⁷ VIII Legislatura, sessão 1, nº 58, de 27-04-2000, diário de 28-04-2000, p. 2331.

¹⁸ V Legislatura, sessão 4, nº 84, de 28-05-1991, diário de 29-05-1991, pp. 2754-2755.

¹⁹ V Legislatura, sessão 4, nº 84, de 28-05-1991, diário de 29-05-1991, pp. 2763.

²⁰ IV Legislatura, sessão 2, nº 8, de 6-11-1986, diário de 07-11-1986, p.178.

²¹ V Legislatura, sessão 1, nº 93, de 26-05-1988, de 27-05-1988, p. 3792.

²² XII Legislatura, sessão 1, nº 54, de 04-01-2011, de 05-01-2011, pp. 32 e 36.

a palavra "portugalidade" nos seus discursos, servindo a AN, através do único partido existente, a União Nacional, de eco da governação, disseminando a ideologia do Estado Novo.

Da análise levada a cabo às bases de dados das sessões parlamento português (1935-2012), verificamos que a utilização da palavra "portugalidade" é quase residual, sendo que no caso do período correspondente ao Estado Novo (entre 1935 e 1974) a média é de 0,6 vezes por ano e, em democracia, entre 1974 e até à atualidade, de 0,5 vezes por ano, com a tendência a ir no sentido de uma utilização cada vez menor. Apesar da ligação do termo ao Estado Novo, este é utilizado de forma transversal pelos deputados da AR e em sentidos diversos. A grande diferença entre os dois períodos ocorre quando os temas versam sobre Educação e Juventude, sendo que durante o Estado Novo eram das temáticas mais sublinhadas no que à "portugalidade" diz respeito.

Nos discursos dos deputados da AR há, também, várias tentativas de definição da palavra "portugalidade" que, paradoxalmente, não se distanciam do conceito utilizado pelos parlamentares da AN, como é o caso do socialista Manuel Alegre. As razões que levaram este lutador antifascista a defender acerrimamente um termo associado ao Estado Novo são, necessariamente, diversas das de Alfredo Pimenta, autor do livro "Em Defesa da Portugalidade" (1947), em que, para além de se mostrar adepto da monarquia, defende o nacionalismo, a contrarrevolução e o tradicionalismo. Daí que a utilização da palavra "portugalidade" seja equívoca e mesmo que só pontualmente a ela se recorra em termos de discurso político (quem o faz com alguma regularidade é o presidente da República, Cavaco Silva²³), o facto é que, em áreas como a publicidade, é recorrente o uso de imagens associadas ao imaginário 'português' facto que, descontextualizado da ideia de "portugalidade" faz com que se corra o risco de o termo - bem datado e associado ao Estado Novo - se naturalizar.

REFERÊNCIAS

- Alves, V. M. (1997) 'Os etnógrafos locais e o Secretariado da Propaganda Nacional. Um estudo de caso', in *Etnográfica*, Vol I (2), pp. 237-257. [<http://tinyurl.com/2ftzk2y>, Novembro 2010].
- Arendt, H. (1998), *The Human Condition*, Chicago: University of Chicago Press.
- Barata A., Pereira, A. S. & Carvalheiro, J. R. (2011) 'Sob o signo da pluralidade. Pequeno prefácio', in Barata A., Pereira, A. S. & Carvalheiro, J. R. (Org.) (2011) *Representações da Portugalidade*, Lisboa: Caminho, pp. 7-8.
- Barthes, R. (1989 [1953]) *O Grau Zero da Escrita*, Lisboa: Edições 70.
- Botelho, A. L. (2008) *Portugalidade* (Sociedade de Geografia, Secção Luís de Camões) [<http://tinyurl.com/2cd4nlc>, Novembro 2010].
- Bourdieu, P. (1989) *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel.

²³ Ainda no último 10 de junho, na página oficial da Presidência da República, a ela se referiu [<http://tinyurl.com/q3ghgm4>, junho de 2013].

- Bourdieu, P. (1982) *Ce Que Parler Veut Dire: L'économie Des Échanges Linguistiques*, Paris: Fayard.
- Cabral, M. V. (2003) 'A Identidade Nacional Portuguesa: Conteúdo e Relevância', in Dados, Revista De Ciências Sociais, ano/vol. 46, número 003, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, pp. 513-533.
- Canotilho, G. (2002) *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Coimbra: Almedina.
- Casteleiro, J. M. (Coord.) (2001) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.
- Charaudeau, P. (2007) *Discurso das Mídias*, São Paulo: Contexto.
- Costa, J. A. & Melo, A. S. (1995) *Dicionário da Língua Portuguesa*, 7ª edição, Porto: Porto Editora.
- Cunha, T. C. (2009), 'Argumentação e Metáfora no Discurso Político', *Comunicação e Sociedade*, 16: Coimbra: Grácio Editor/CECS-UMinho, pp. 19-25.
- Dijk, T. A. van (2005) *Discurso, Notícia e Ideologia. Estudos na Análise Crítica Do Discurso*, Porto: Campo das Letras/Universidade do Minho, ISBN 989-625-000-6.
- Ellis, A. (2009) '10 de Junho, Portugalidade e Portuguesismo', *Expresso*, (9 de Junho). [<http://tinyurl.com/2dsxtjs>, Novembro 2010].
- Fairclough, N. (2001 [1992]), *Discurso E Mudança Social*, Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Fiorin, J. L. (1998) *Linguagem e Ideologia*, São Paulo: Ática.
- Foucault, M. (2010 [1975]) *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1999 [1970]) *A Ordem do Discurso. Aula Inaugural No Collège De France, Pronunciada Em 2 De Dezembro De 1970*, São Paulo: Edições Loyola.
- Franco, J. E. (2000) *O Mito de Portugal. A primeira História de Portugal e a sua função política*, Lisboa: Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey.
- Gil, J. (2009) *Em Busca da Identidade - O Desnorte*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Gil, J. (2005) *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Gil, J. (1995) *A Retórica da Invisibilidade*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Gomes, J. P. (2004) *O Pensamento Nacionalista do Século XX* [<http://tinyurl.com/249axak>, Novembro 2010].
- Gonçalves, M. O. C. S. F. C. (2009) *Nação e Portugalidade na Obra Literária de Luís de Almeida Braga*, Dissertação de Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto [<http://tinyurl.com/7mp5oxj>, Março 2012].
- Grácio, R. (2010) *A Interação Argumentativa*, Coimbra: Grácio Editor/CECS-UMinho.
- Gramsci, A. (1978) *Concepção Dialética Da História*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lakoff, G. (2002) *Moral Politics: How Liberals and Conservatives Think*, Chicago: The University of Chicago Press.

- Lopes, S. R. (2011) 'Mensagem e a desconstrução da Portugalidade', in Barata, Pereira & Carvalheiro (Org.) (2011) *Representações da Portugalidade*, Lisboa: Caminho, pp. 9-32.
- Maffesoli, M. (2005 [1992]) *A Transfiguração do Político. A Tribalização do Mundo*, Porto Alegre: Editora Sulina.
- Maia, F. P. S. (2002) *O Discurso Parlamentar Português e as Relações Portugal-Brasil. A Câmara dos Deputados (1826-1852)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ministério da Ciência e da Tecnologia) (ISBN: 972-31-0963-8).
- Martins, M. L. (2009) "O Catolicismo e a Construção da Identidade Nacional", [http://tinyurl.com/29rxse7, Novembro 2010].
- Martins, M. L. (1990) *O Olho De Deus No Discurso Salazarista*, Porto: Edições Afrontamento.
- Marx, K. & Engels, F. (2001 [1933]) *A Ideologia Alemã*, São Paulo: Martins Fontes.
- Mattoso, J. (2008) *A Identidade Nacional*, Lisboa: Gradiva.
- Medina, J. (2006) *Portuguesismo(s)*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/FCT.
- Paradinha, M. (2006) *As Cartas de Soror Mariana Alcoforado. Manipulação e Identidade Nacional*, Lisboa: Caleidoscópio.
- Peixoto, M. F. F. C. (2009) *(Des)construções Sociocríticas da (Pós-)colonialidade Romance português e angolano das décadas de 80 e 90*, Tese de Doutoramento em Línguas e Literaturas Modernas, Especialidade de Literatura Comparada, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. [http://tinyurl.com/253j4pt, Novembro 2010].
- Pereira, L. & Ribeiro, F. M. (2009) *O Património Genético Português. A História Humana Preservada nos Genes*, Lisboa: Gradiva.
- Pimenta, A. (1947) *Em Defesa da Portugalidade (Palavras proferidas na noite de 11 de Outubro de 1947)*, Guimarães: Editadas pelos que as ouviram e aplaudiram.
- Pulquério, M. O. (1991), 'Introdução', in Platão (1991 [387, a.C.]), *Górgias*, Lisboa: Edições 7, pp. 9-13.
- Quadros, A. (1992) *Memórias das Origens, Saudades do Futuro - Valores, Mitos, Arquétipos, Ideias*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- Ramos, C. (2005) 'Discurso Parlamentar Português e Construção da Identidade Política no Contexto da Integração Europeia', in *Antropológicas*, nº9, Porto: Universidade Fernando Pessoa, pp. 67-96.
- Ribeiro, R. (2011) *A Europa na Identidade Nacional*, Porto: Afrontamento.
- Rosengarten, R. (2009) *Contrariar, Esmagar, Amar - A Família e o Estado Novo na obra de Paula Rego*, Lisboa: Assírio & Alvim.
- Santos, B. S. (1994) *Pela Mão de Alice - O Social e o Político na Pós-modernidade*, Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (1990) *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto: Afrontamento.
- Silva, A. S. & Jorge, V. O. (orgs.) (1993) "Existe uma Cultura Portuguesa?", colecção *História & Ideias*, nº 6 (texto de mesa-redonda com várias personalidades, entre as quais Eduardo Lourenço, na Casa das Artes, no Porto, em 27/04/1992), Porto: Afrontamento.

- Sousa, A. (1993) 'Entrevista com António Quadros', in A.A.V.V. (1993) *António Quadros*, Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, pp.71-81.
- Sousa, V. & Martins, M. (2012) 'Da "portugalidade" à lusofonia', in Pinto-Coelho, Z. & Fidalgo, J. (2012) *Comunicação e Cultura* (I Jornada de Doutorandos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais), Braga: CECS/UMinho, pp. 159-177. [<http://tinyurl.com/b9swujz>].
- Torgal, L. R. (2009) *Estados Novos, Estado Novo*, vol. 1, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Vakil, A. (2006) 'Heróis Do Lar, Nação Ambivalente: Portugalidade E Identidade Nacional Nos Tempos Dos Pós-;', in Loff (M.) & Pereira, M. C. M. (coord.) (2006) *Portugal: 30 Anos De Democracia (1974-2004)*, Porto: Editora da Universidade do Porto, pp. 73-101.